

JUNDIAÍ TEM ROTAS DE TURISMO INSTITUÍDAS

Foi aprovado, na sessão ordinária da Câmara de Jundiaí desta terça (30), o PL 12.694, do vereador Faouaz Taha, que institui Rotas Turísticas de Jundiaí. Foram incluídas na propositura a Rota da Uva, Rota da Cultura Italiana, Rota da Terra Nova, Rota do Centro Histórico, Rota do Castanho e Rota do Vinho. Na justificativa do projeto, Faouaz lembra investir no turismo e sua divulgação trará benefícios e empregos.

CAMPANHA DENUNCIA DESCARTE IRREGULAR

Foi aprovado também o PL 12.495, que institui a campanha "Denuncie Descarte Irregular de Resíduos". A campanha deverá ser feita por entes da sociedade civil e trazer, além de um contato para denúncias, uma advertência sobre sanções penais e administrativas por condutas lesivas ao meio ambiente, instituídas pela lei federal 9.605.

Escola Sem Partido volta a polemizar sessão da Câmara

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Com o fim das eleições presidenciais, a Tribuna Livre foi novamente aberta para a manifestação dos cidadãos e, com ela, as polêmicas voltaram à Câmara Municipal com toda força. Durante sua fala na noite desta terça (30), Renata Longui falou da lei Escola Sem Partido, promulgada em outubro de 2017 pela Casa de Leis e considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) na última terça-feira, dia 23.

Para Renata, a inconstitucionalidade do projeto foi considerada uma vitória para a democracia. O grupo Direita SP, presente em peso no plenário da Casa, discordou. Os manifestantes mal deixaram a munícipe terminarem seu discurso e entoaram gritos de guerra contra uma suposta doutrinação marxista que ocorreria nas escolas públicas da cidade.

Manifestantes favoráveis à decisão do TJ-SP rebateram as críticas, criando um rebuliço indissociável no plenário. O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), costuma intervir em situações do ti-



Manifestantes pró e contra o Programa Escola Sem Partido bateram boca no plenário; autor da lei diz que vai recorrer

po pedindo ordem na Casa, suspendendo a sessão até que o silêncio se restabeleça e, às vezes, pedindo que a Guarda Municipal interfira.

Nesta terça, porém, o chefe do Legislativo permitiu que

os presentes seguissem com a baderna - inclusive usando megafones no plenário. Ele também cumprimentou publicamente um dos manifestantes do Direita SP, Douglas Garcia, que foi eleito deputa-

do estadual pelo PSL no último dia 7 de outubro.

INCONSTITUCIONALIDADE

A Lei 8.850, que institui o Programa Escola Sem Partido nas escolas municipais, nun-

ca chegou a ser implantada de fato. Em novembro do ano passado, pouco depois de ser sancionada, a lei foi suspensa através de uma liminar concedida pelo TJ-SP a pedido do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiaí (Sindserjun). A entidade defende a categoria dos professores municipais, que consideraram a lei uma censura.

Agora, a decisão final do Tribunal entendeu que o Escola Sem Partido é inconstitucional, uma vez que os municípios não podem legislar sobre diretrizes e bases da educação, o que só pode ser feito pelo Governo Federal.

O vereador Antonio Carlos Albino (PSB), autor da lei, afirmou que o processo ainda não chegou ao fim, uma vez que é possível recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Ainda não houve trânsito em julgado e vamos levar este projeto até o STF. Enquanto estiver na Câmara, defenderei os direitos das famílias e das crianças", afirmou. Ele acredita, ainda, que o novo presidente dará apoio a sua proposta. "O Escola Sem Partido é um projeto dele também", diz.